

XI Plenária assume gestão do CRP-05



Luta contra o Ato Médico

Saiba mais sobre as ações dos Conselhos Profissionais das áreas da Saúde contra o Ato Médico em todo o país. Em 15 de setembro, milhares de pessoas foram às ruas manifestar sua insatisfação com o projeto.

pag. 00

Projeto propõe “cura” de homossexuais

Os deputados do Rio estão debatendo na Alerj um projeto que propõe a “cura” de homossexuais. Conheça os detalhes.

pag. 00

Novo Código de Ética

O novo Código de Ética da Profissão vem sendo debatido pelos psicólogos desde de 2003. Em dezembro, a minuta que reúne propostas dos Conselhos Regionais será votada na APAF.

pag. 00

XI Plenária: Novas propostas para o CRP-05

Com a participação expressiva dos psicólogos do Rio de Janeiro, a chapa Ética e Compromisso Social venceu as eleições do CRP-05, em 27 de agosto último. Estiveram presentes na posse representantes de instituições de ensino, psicólogos e profissionais que apoiaram a proposta de trabalho da chapa. Esta nova gestão tem como princípios uma ética de democratização das decisões, transparência no uso dos recursos da autarquia, compromisso com práticas solidárias inclusivas e de afirmação das singularidades, participação nos movimentos sociais e observância dos direitos humanos.

Reiteramos nossas intenções e compromissos de campanha. Já tivemos nossa primeira plenária – a 263ª Reunião Plenária – onde os coordenadores de Comissões apresentaram suas propostas de trabalho. Aprovamos a reativação da Comissão Regional de Direitos Humanos como núcleo mediador e da qual se desdobrarão os grupos de trabalho que se façam necessários. Nosso propósito é defender a não dissociação entre direitos humanos e práticas psicológicas. Privilegiamos uma concepção de direitos humanos desnaturalizada, histórica e datada, que implica em garantia dos direitos básicos da população e de suas possibilidades de criação, invenção e transformação. Direitos humanos, para nós, devem ser extensivos a todos e incluir a afirmação das diferenças e das multiplicidades.

É com esse intuito, ir ao encontro do “outro”, a partir de um diálogo franco e da ação comunicativa, que pretendemos marcar nossos trabalhos pela ótica da solidariedade e da preocupação com o coletivo. Essa perspectiva é, necessariamente, transdisciplinar e pluralista. Pensamos colocar em análise cotidianamente nossas práticas, algumas vezes elitistas, burocráticas, repressoras, imobilistas, mas também afirmativas de uma potência geradora de intervenções.

Conclamamos os psicólogos a participarem ativamente do Conselho nesse processo de construção coletiva. Solicitamos que divulguem e procurem o CRP-05, para que possamos fortalecer e/ou inaugurar vínculos com a categoria.

É com entusiasmo e disposição que nos apresentamos, na esperança de que possamos coletivamente construir/reconstruir uma psicologia que dignifique o humano e que se implique com o mundo em que vivemos.

Celebremos juntos o Natal e o Ano Novo: que este final de ano registre uma nova fase do CRP-05.

Aos colegas, nosso abraço fraterno e um CRP de portas abertas!

Comissão Editorial



Conselho Regional de Psicologia do Estado do Rio de Janeiro - 5ª Região
Rua Delgado de Carvalho, 53, Tijuca
CEP: 20260-280 • Tel/Fax: (21) 2234-1022
crprj@crprj.org.br

Diretoria Executiva:
José Novaes • *Presidente*
Cecilia Maria Bouças Coimbra • *Vice-Presidente*
Ilka Costa Alves • *Secretária*
Maria José Antunes Coimbra • *Tesoureira*

Membros Efetivos:
Alessandra Daflon dos Santos
Alexandre Bárbara Soares
Fabiana Castelo Valadares
José Henrique Lobato Vianna
Luiz Fernando Monteiro Pinto Bravo
Maria Beatriz Sá Leitão
Maria Christina Magalhães Orrico
Maria Márcia Badaró Bandeira
Marília Alvares Lessa
Pedro Paulo Gastalho de Bicalho
Rosilene Souza Gomes de Cerqueira

Membros Suplentes:
Ana Lucia de Lemos Furtado
Ana Paola Frare
Carla Silva Barbosa
Cynthia Maria da Costa Losada
Marcos Carlos Adissi
Mônica Maria Raphael da Roza
Nélio Zuccaro
Noeli de Almeida Godoy de Oliveira
Paula Rebello Magalhães de Oliveira
Queiti Batista Moreira Oliveira
Rosa Maria Carvalho Reis
Sílvia Helena Santos do Amaral
Valéria da Hora Bessa
Valéria Marques de Oliveira
Walter Melo Júnior

Comissão Editorial:
Alessandra Daflon dos Santos
Alexandre Bárbara Soares
Ana Lucia de Lemos Furtado
Carla Silva Barbosa
Cecilia Maria Bouças Coimbra
Maria Beatriz Sá Leitão
Maria José Antunes Coimbra

Jornalista Responsável
Renata Grieco • Mtb. 25377 RJ

Produção editorial
Cajá - Agência de Comunicação
(21) 2531-4558 • www.caja.com.br

Fotolito
ACE Digital

Impressão
York Indústrias Gráficas

Tiragem
18.000 exemplares

Os conceitos emitidos nos artigos assinados são de responsabilidade dos autores, não refletindo, necessariamente, a opinião do CRP-05.

O Boletim CRP-05 é uma publicação do Conselho Regional de Psicologia do Rio de Janeiro / 5ª Região

CRP-05 é a nova sede do Conselhinho

A partir do mês de novembro, o CRP-05 passou a ser sede para as reuniões mensais do Conselhinho — colegiado dos Conselhos Profissionais do Rio de Janeiro —, pelo período de um ano. A escolha foi feita através de uma eleição realizada na atual sede do Conselhinho, o CREFITO (Conselho Regional de Fisioterapia e Terapia Ocupacional). Segundo a conselheira Maria Beatriz Sá Leitão, “é importan-

te participar do Conselhinho, pois isso permite a troca de informações e experiências, favorecendo o fortalecimento das entidades”.

O encontro tratou ainda de diversos pontos, como a organização de um *chat* do Conselhinho e de um Fórum dos Conselhos, previsto para março de 2005. Estuda-se a possibilidade de ações conjuntas de fiscalização em órgãos e unidades públicas e privadas. Além disso, está

em discussão proposta feita pelo Conselho Regional de Economia sobre o estabelecimento de uma mesa de negociação única para os salários dos funcionários dos Conselhos Profissionais.

Há muito trabalho a ser feito e o CRP-05 estará participando ativamente desse processo e contribuindo com o desenvolvimento de ações relevantes para os Conselhos Profissionais de nosso estado. ■

Comunique-se conosco

O Conselho Regional de Psicologia do Rio de Janeiro considera fundamental a comunicação com a categoria. Por isso, estão sendo disponibilizados vários meios para viabilizar esse contato.

Visando facilitar o acesso via telefone, a diretoria pretende modernizar o sistema, através da aquisição de nova mesa telefônica. Enquanto a atual possui apenas 16 linhas que, devido ao alto número de ligações, acabam ficando congestionadas, a nova terá de 30 a 60 linhas. Informações também podem ser encontradas no site do CRP-05 (www.crprj.org.br), que passou por mudanças e se encontra mais moderno, facilitando a navegação dos usuários, ou ainda por e-mail (crprj@crprj.org.br).

Na sede, as Comissões estão em funcionamento:

Comissão de Direitos Humanos – Seu objetivo é estabelecer a necessária conexão entre práticas psicológicas e esses direitos, garantindo um exercício profissional norteado pelo respeito às diferenças e às multiplicidades. Constituída por psicólogos com atuação relevante em diferentes espaços na luta pelos direitos humanos. Funciona às sextas-feiras, a partir das 14h.

Comissão de Orientação e Fiscalização (COF) – Tem a função de fiscalizar e regularizar pessoas jurídicas, além de orientar a categoria de modo geral. Funciona de segunda a sexta, das 12h às 18h. Ramais: 232, 233, 234 e 250.

Comissão de Ética (COE) – Analisa e avalia todas as representações éticas encaminhadas ao CRP-05. A assistente técnica se encontra na sede às segundas, terças e quartas, das 9h às 17h e sextas, das 9h às 14h. Ramal: 237.

Coordenação Técnica (COTEC) – Entre as suas atribuições estão assessoria da diretoria, acompanhamento de concursos e organização de eventos do CRP-05. Funciona de segunda à sexta, das 9h às 18h. A responsável técnica se encontra diariamente a partir das 12h. Ramal: 213 e 231.

Comissão de Especialistas (CATE) – Recebe e emite pareceres sobre as solicitações da obtenção de Título de Especialista pelos psicólogos, conforme as determinações da resolução CFP 002/2001. Funciona às quartas-feiras, das 14h às 18h. Ramal: 236. ■

O CRP-05 funciona de segunda a sexta, de 9h às 18h.

Endereço: Rua Delgado de Carvalho, 53 – Tijuca
Telefone: 2234-1022

Subsedes:

Nova Iguaçu
Endereço: Rua Sebastião Herculano de Mattos, 41 – Centro
Telefone: (21) 2768-0007

Niterói

Endereço: Avenida Amaral Peixoto, 467/sala 509 – Centro
Telefone: (21) 2717-3211

Petrópolis

Endereço: Rua Paulo Barbosa, 174/sala 15 – Centro
Telefone: (24) 2243-0834

Conselho da Comunidade ameaçado

O Conselho da Comunidade é responsável pela fiscalização do funcionamento do sistema prisional e passa por um momento de indefinição. O secretário de Assuntos Penitenciários entrou na Vara de Execuções Penais com uma representação questionando a legitimidade do Conselho da Comunidade.

Por outro lado, o juiz da 1ª. Vara de Execuções Penais convocou a atual diretoria do Conselho e comunicou sua intenção de extingui-lo, para a constituição de um novo, no qual ele seria o presidente.

Atualmente, o Conselho tem representantes de mais de 70 organizações — entre sindicatos, Conselhos Profissionais e movimentos sociais. No encontro com o juiz, os presentes ponderaram sobre a importância da existência do Conselho da Comu-

nidade e lembraram a contribuição das suas práticas em relação a denúncias de violações de direitos humanos no sistema penitenciário. Maria Beatriz Sá Leitão, representante do CRP-05 no Conselho da Comunidade, ressalta que “é fundamental que a entidade tenha uma certa independência e que não perca sua autonomia e visibilidade social”.

O juiz resolveu marcar novas reuniões com a diretoria da entidade, para discutir a questão. Os integrantes do Conselho da Comunidade têm feito consultas jurídicas e aguardam pareceres. O CRP-05, assim como os demais membros, está atento aos desdobramentos da questão e espera que a entidade continue fazendo seu importante trabalho no sistema prisional do estado do Rio de Janeiro. ■

Recobrança 2004: regularize sua situação

O Conselho oferece aos psicólogos do Rio de Janeiro a oportunidade de regularizar sua situação a qualquer momento, de forma simples e prática. Para isso, está disponibilizando em seu site (www.crprj.org.br) um boleto *on line*. Assim como na primeira cobrança, realizada em dezembro de 2003, e na recobrança de junho, quando a entidade enviou carnês aos profissionais inadimplentes, o psicólogo pode escolher entre pagar à vista ou parcelar. O vencimento fica sendo o último dia do mês em que a pessoa imprime o boleto. O documento já vem com os juros e a multa atualizados.

Novo Código de Ética em discussão

Na próxima Assembléia de Políticas Administrativas (APAF), em dezembro, será discutido e votado o novo Código de Ética para os psicólogos. Esta foi uma demanda da categoria, principalmente, em função da polêmica em torno da questão do sigilo profissional. A primeira versão do Código foi aprovada em 1979, quando a área de atuação predominante era a clínica. Em 1987, uma Resolução do Conselho Federal determinou mudanças no Código, que passou a incluir novas temáticas. Desde então, muitas transformações aconteceram no país. Por isso, no IV Congresso Nacional

da Psicologia, em 2001, os psicólogos deliberaram pela rediscussão do Código de Ética Profissional.

Em setembro de 2003, os Conselhos Regionais realizaram os Fóruns de Ética locais. As propostas destes eventos foram encaminhadas para análise no Fórum Nacional, em novembro, em Brasília. O Conselho Federal de Psicologia (CFP) convocou professores de várias universidades, que formaram uma Comissão de Sistematização, com o objetivo de redigir a minuta do novo Código a partir das sugestões enviadas.

Nos dias 18 e 19 de setembro de 2004, ocorreu a Reunião Ampliada



para Sistematização das Sugestões dos CRPs à Minuta do Novo Código de Ética, onde cada um dos pontos sugeridos pelos Regionais foi amplamente debatido. O documento foi colocado no site do CFP (www.pol.org.br), para uma consulta pública, onde todos os interessados puderam se manifestar até o dia 28 de outubro.

As sugestões foram organizadas pela Comissão de Sistematização, que apresentará a proposta final do Código de Ética para aprovação na APAF. ■

Assembléia define anuidade 2005

Em 9 de setembro, o Conselho Regional de Psicologia do Rio de Janeiro realizou Assembléia Orçamentária, para definir o valor da anuidade 2005. Seguindo as orientações da Assembléia de Políticas Administrativa e Financeira (APAF), a então tesoureira do CRP-05, Analice Palombini, e o tesoureiro do CFP, Francisco Viana, presidiram o evento. O reajuste de 5,67% foi aprovado pela maioria dos psicólogos presentes e estabelecido com base na média dos índices inflacionários. Assinale-se que está entre os menores índices praticados por Conselhos Profissionais do estado.

Conheça os valores da anuidade e das taxas para 2005 na tabela ao lado. ■

Pessoa Física, pagamento em cota única:

• Vencimento 31/jan/2005, com 10% de desconto	R\$ 198,16
• Vencimento 31/mar/2005	R\$ 222,87

Pessoa Física, pagamento parcelado:

• 1ª parcela, vencimento em 31/jan/2005	R\$ 76,29
• 2ª parcela, vencimento em 28/fev/2005	R\$ 73,29
• 3ª parcela, vencimento em 31/mar/2005	R\$ 73,29
Total	R\$ 222,87

Pessoa Jurídica, pagamento em cota única:

• Vencimento 31/jan/2005, com 10% desconto	R\$ 248,59
• Vencimento 31/mar/2005	R\$ 278,90

Pessoa Jurídica, pagamento parcelado:

• 1ª parcela, vencimento em 31/jan/2005	R\$ 94,96
• 2ª parcela, vencimento em 28/fev/2005	R\$ 91,97
• 3ª parcela, vencimento em 31/mar/2005	R\$ 91,97
Total	R\$ 278,90

Taxas:

• Inscrição Pessoa Física	R\$ 111,44
• Segunda Via de Carteira	R\$ 55,72
• Inscrição Pessoa Jurídica	R\$ 264,96

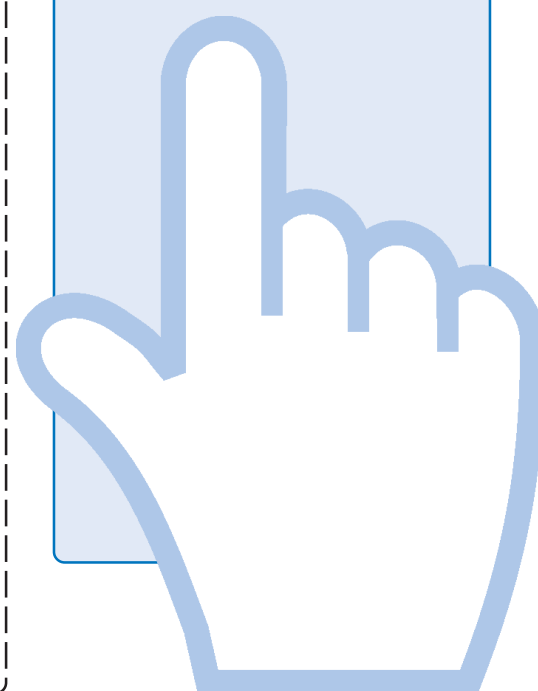
O Boletim CRP-05 é um espaço de comunicação entre o Conselho e a categoria. Assim, a partir da próxima edição, em 2005, será criada uma sessão de cartas.

Participe enviando dúvidas, comentários e sugestões por:

E-mail • (comunicacaosocial@crprj.org.br),

Fax • (21) 2234-1022

Carta • Rua Delgado de Carvalho, 53 Tijuca - Rio de Janeiro - RJ - CEP 20260-280.



CRP-05 participa do **Fórum Nacional** pela Democratização das Comunicações

Melhorar a qualidade dos serviços oferecidos pelos meios de comunicação: esse é o principal objetivo do Fórum Nacional pela Democratização das Comunicações (FNDC), que congrega entidades da sociedade civil. Em 17 de outubro, Dia Mundial pela Democratização da Mídia, o Fórum convocou a sociedade a protestar, desligando os aparelhos de televisão entre 15 e 16 hs.

Desde o início da constituição do Fórum, em 1991, o Conselho Federal de Psicologia compõe seu Conselho Deliberativo. Na gestão 2001/2004, essa atuação foi ainda mais intensa e o CFP passou a ser um dos cinco representantes da Executiva do Fórum,

além de um dos indicados para compor o Conselho de Comunicação Social, órgão do Senado que deve se posicionar sobre os assuntos e fatos relativos às comunicações no país. O CFP ainda participa da comissão do Ministério da Justiça responsável pela cam-

panha “Quem financia a baixaria é contra a cidadania”.

O FNDC é composto por comitês regionais, formados pelas entidades locais. No Comitê Rio, o CRP-05 é representado pela psicóloga Diva Lúcia Conde. ■



Conselho acompanha a situação do IASERJ

O Instituto de Assistência dos Servidores do Estado do Rio de Janeiro (IASERJ), junto com suas unidades ambulatoriais e demais serviços de Saúde do estado, vem sofrendo um abandono progressivo ao longo das diversas administrações, agravado nos últimos seis anos.

Há quatro anos, houve uma forte resistência dos funcionários do ambulatório do Maracanã, ameaçados pela desativação dos serviços existentes e de terem suas instalações ocupadas pelos interessados na

criação de um Centro de Tratamento de Anomalias Craniofaciais. A tentativa de implantação deste projeto foi impedida por uma vigorosa reação dos profissionais e usuários daquele ambulatório, por já existirem, no Rio de Janeiro, cinco serviços públicos com este mesmo fim e com vagas disponíveis.

Desde julho de 2003, o ambulatório da Gávea do IASERJ passou a ser o novo alvo para implantação deste projeto. Apesar da oposição dos funcionários do IASERJ, em

12 de março de 2004, por ordem da Secretaria Estadual de Saúde, foi inaugurado o Centro de Anomalias Craniofaciais, de nome REVIVA. Os meses se passaram e observou-se um movimento de clientes muito pequeno.

O Conselho Regional de Psicologia do Rio de Janeiro está acompanhando a situação do ambulatório da Gávea do IASERJ e a luta que vem sendo desenvolvida pelos seus funcionários contra a permanência do referido projeto. ■

Agenda 2004/2005

• I Curso de Extensão em Psicologia Aplicada à Aviação - Módulo III

Data: 28 de fevereiro a 04 de março de 2005

Local: Auditório do Instituto de Psicologia da Aeronáutica - Av. Mal. Câmara, 233
13º andar - Castelo - Rio de Janeiro

Telefone: (21) 3814-9350 / 2220-2468

E-mail: info.ipa@maerj.gov.br

Site: <http://www.ipa.aer.mil.br>

• Democratização da Comunicação: O que o psicólogo tem a ver com isso?

Data: 03 e 04 de dezembro de 2004

Local: Auditório do CRP SP - Rua Arruda Alvim, 89 - Jardim América - São Paulo

Telefone: (11) 3061-9494 ramal: 151

E-mail: eventos@crpsp.org.br

• I Congresso Latino-Americano da Psicologia – ULAPSI

Data: 20 a 23 de abril de 2005

Local: Memorial da América Latina e UNINOVE - Câmpus Memorial -
Av. Dr. Adolfo Pinto, 109 - São Paulo

Telefone: (11) 3061-9494 Ramais 101 ou 129

E-mail: congresso@ulapsi.org

Site: <http://www.ulapsi.org/congresso>

• VII Congresso de Psicologia Escolar e Educacional

Tema: Psicologia Escolar e Educacional: da Teoria à Prática Escolar

Data : 21 a 24 de abril de 2005

Local: Universidade Tuiuti do Paraná - Curitiba

Site: <http://www.abrapee.psc.br>

• II Congresso Brasileiro de Avaliação Psicológica: Desafios para Formação, Prática e Pesquisa

Data: 17 a 25 de maio de 2005

Prazo para envio de trabalhos: 15 de janeiro de 2005

Local: Hotel Serrano - Gramado

Telefone: (51) 3226-3111

E-mail: ibapnet@terra.com.br

Site: <http://www.ibapnet.org.br>

• IV Congresso Norte Nordeste de Psicologia

Data: 25 a 28 de maio de 2005

Local: Centro de Convenções da Bahia - Av. Simon Bolivar S/N - Salvador

Telefone: (71) 247-3296

E-mail: conpsi@dagaz.com.br

Site: <http://www.conpsi.psc.br>

• XXX Congresso Interamericano de Psicologia

Tema: Hacia Una Psicología Sin Fronteras

Data: 26 a 30 de junho de 2005

Local: Buenos Aires - Argentina

Site: www.sip2005.org.ar

XI Plenária assume e traz novas propostas para o CRP-05

No dia 27 de agosto, os psicólogos de todo o país escolheram seus representantes nos Conselhos Regionais e Federal de Psicologia. Os eleitos serão responsáveis pela gestão das autarquias nos próximos três anos. No Rio de Janeiro, a chapa Ética e Compromisso Social, única inscrita e eleita com 65,78% dos votos, tomou posse como a XI Plenária do Conselho Regional de Psicologia da 5ª Região (CRP-05), em 22 de setembro. A cerimônia de posse foi presidida pela Comissão Gestora, representada por Diva Lúcia Conde, Eliana Vianna e Margarete Paiva. Estiveram presentes também psicólogos e funcionários do Conselho.

Chapa eleita toma posse

O evento de posse começou com a leitura de mensagens, parabenizando e transmitindo palavras de incentivo aos novos conselheiros. A Comissão Gestora também se pronunciou saudando a nova diretoria. Seguiram-se as assinaturas dos termos de posse e a escolha da Diretoria Executiva, para o período 2004/2005.

Os mandatos da Executiva são anualmente renovados. Para a escolha desta diretoria foi avaliado não só a experiência no trabalho anteriormente feito no Conselho, mas também a luta e a militância dos profissionais. O novo presidente empossado, José Novaes, agradeceu a todos os conselheiros e à Comissão Gestora pela dedicação e cuidado na condução do CRP-05 e do processo eleitoral. Citou os nomes de Marcia Tassinari e Cristina Cochrane, que conduziram o processo que levou à destituição da X Plenária. Houve, ainda, manifestações de psicólogos presentes que parabenizaram a nova direção.

zaram a nova direção.

A psicóloga e presidente da Comissão Eleitoral, Sandra Nassar, agradeceu a todos que auxiliaram no processo eleitoral, “que foi conduzido dentro de uma estrutura democrática e legal. Desejo que a nova direção conduza este Conselho da melhor maneira possível e que o CRP-05 esteja voltado para a comunidade e para a categoria”, ressaltou.

Ao final, a tesoureira empossada Maria José Antunes Coimbra fez uma breve homenagem às integrantes da Comissão Gestora. E acrescentou: “Haverá mudanças, mas, em alguns aspectos, daremos continui-

No Rio de Janeiro, a chapa Ética e Compromisso Social, única inscrita e eleita com 65,78% dos votos, tomou posse como a XI Plenária do Conselho, em 22 de setembro

dade ao bom trabalho, iniciado durante a transição”.

Novas propostas

A chapa Ética e Compromisso Social assume o Conselho com a tarefa de continu-

Outro diferencial da XI Plenária está na participação efetiva de todos os conselheiros nas atividades do CRP-05. Tanto efetivos, quanto suplentes, foram inseridos em alguma comissão de trabalho. Há ainda dois conselheiros trabalhando junto ao setor de Recursos Humanos

ar o trabalho feito pela Comissão Gestora, de reorganização e saneamento da entidade. Ao longo dos próximos três anos, a nova diretoria pretende: participar ativamente na construção de políticas públicas cidadãs e nos fóruns regionais e nacionais que proponham melhores condições de vida para a população, em articulação com os Conselhos de outras profissões ou entidades parceiras; continuar debates sobre a impor-

tância do Código de Ética Profissional do Psicólogo; dar transparência aos procedimentos administrativos, financeiros e ações implementadas, através dos meios de comunicação do CRP; encaminhar, junto com outros Conselhos Profissionais, o aprimoramento da legislação relativa ao acompanhamento dos concursos públicos; participar, ativamente, dos movimentos sociais vinculados ao processo de transformação social e ao exercício da cidadania, em especial da luta anti-manicomial, do movimento em defesa do ensino público e da luta pela democratização das comunicações; criar espaços de debate sobre a formação do psicólogo, articulando as demandas nacionais e regionais;

estimular o diálogo e a troca entre profissionais, pautando-se na legitimação da pluralidade teórico-prática; consolidar a reorganização administrativa e financeira do CRP-05, através da continuidade do recadastramento, sua integração ao Sistema de Cadastro dos Psicólogos Brasileiros e do processo de seleção pública para contratação de funcionários; definir com a categoria o funcionamento e o papel das sub-sedes, entre outras ações que serão avaliadas ao longo do trabalho.

A nova gestão reativou a Comissão Regional de Direitos Humanos, que será composta por psicólogos de diversos campos e deverá nortear politicamente os trabalhos do Conselho. Segundo o presidente, José Novaes, “todas as questões serão apreciadas do ponto de vista dos direitos humanos”. Outro diferencial da XI Plenária está na participação efetiva de todos os conselheiros nas atividades do CRP-05. Tanto efetivos, quanto suplentes, foram inseridos em alguma comissão de trabalho. Há ainda dois conselheiros atuando junto ao setor de Recursos Humanos, para melhorar a comunicação com os funcionários e permitir um atendimento mais eficiente. Trata-se de um trabalho a ser realizado a médio prazo que implica em mudanças qualitativas muito importantes para o Conselho.

Também está em discussão a criação de grupos de trabalho pontuais, sobre temas relevantes, aprovados em plenárias regionais e pelo Sistema Conselhos. Novaes explica que essa estrutura é mais ágil: “o nosso regimento interno estabelece que o grupo de trabalho é temporário. Deverá ser feito um projeto especificando o objetivo, a atividade, o tempo de duração etc.

Após o cumprimento de suas funções, o grupo se extingue”. Existe ainda a preocupação de aproximar o Conselho dos profissionais que moram no Norte e no Sul Fluminense e nas demais regiões do estado. A princípio, esse trabalho seria feito pelos conselheiros que moram e atuam nestas regiões.

Comissão de Ética (COE)

Com a posse da nova diretoria, a Comissão de Ética começa a retomar suas atividades regulares. A primeira tarefa é analisar os processos ainda não apreciados. “Primeiro, há uma denúncia, que pode ser feita por qualquer pessoa. Esta é avaliada pela COE, em uma comissão de instrução que dá seu parecer, e depois pela plenária. Se for considerada pertinente, a denúncia torna-se um processo ético, seguindo os trâmites estabelecidos no Código de Processamento Disciplinar”, explica Fabiana Valadares, conselheira e presidente da COE. Existem graduações de penalidades, desde uma advertência até a cassação do registro. Neste caso, a cada três anos, a pessoa pode pedir revisão da pena. Toda decisão de plenária cabe recurso, o qual é avaliado por um conselheiro, que apresenta um novo parecer. Mesmo se ele considerar o recurso procedente, a plenária pode não acatá-lo. Então, o reclamante pode recorrer ao Conselho Federal.

Como o CRP-05 não tinha plenária desde março de 2003, há um grande acúmulo de trabalho. Os processos ou representações preparados e avaliados pelas comissões de instrução eram encaminhados a outros Regionais, para que suas plenárias pudessem julgá-los. No momento, há 17 novas representações, sem início de instrução; 33 com início de instrução, deixadas por plenárias anteriores; 13 nas comissões de instrução; 17 aguardando votação de parecer em plenária, 32 desafortadas

XI Plenária

Diretoria Executiva

José Novaes (presidente), Cecília Maria Bouças Coimbra (vice-presidente), Ilka Costa Alves (secretária) e Maria José Antunes Coimbra (tesoureira)

Membros efetivos

Alessandra Daflon dos Santos, Alexandre Bárbara Soares, Fabiana Castelo Valadares, José Henrique Lobato Vianna, Luiz Fernando Monteiro Pinto Bravo, Maria Beatriz Sá Leitão, Maria Christina Magalhães Orrico, Maria Márcia Badaró Bandeira, Marília Alvares Lessa, Pedro Paulo Gastalho de Bicalho, Rosilene Gomes Souza de Cerqueira

Suplentes

Ana Lucia de Lemos Furtado, Ana Paola Frare, Carla Silva Barbosa, Cynthia Maria da Costa Losada, Marcos Carlos Adissi, Mônica Maria Raphael da Roza, Nélío Zuccaro, Noeli de Almeida Godoy de Oliveira, Paula Rebello Magalhães de Oliveira, Queiti Batista Moreira Oliveira, Rosa Maria Carvalho Reis, Silvia Helena Santos do Amaral, Valéria da Hora Bessa, Valéria Marques de Oliveira e Walter Melo Junior

aguardando parecer remetidos ainda pela Comissão Gestora. Há também um processo aguardando andamento sem início de instrução, um aguardando julgamento em plenária no CRP-05 e três esperando por julgamento em plenárias de outros Regionais.

Além de suas atividades regulares, a COE pretende realizar um plano de trabalho de orientação à comunidade, enfocando a formação do psicólogo. O objetivo é fazer com que os estudantes debatam o Código de Ética Profissional. No momento, a COE está fazendo um levantamento sobre quais as infrações éticas mais comuns, as denúncias mais frequentes e que tipo de problemas os psicólogos têm enfrentado com maior regularidade. A partir deste estudo, o Conselho estará aberto às entidades formadoras, para que juntos promovam atividades voltadas aos alunos. “Diante dessa proposta, avaliaremos os resultados e traçaremos novas estratégias. Então, definiremos se há necessidade de um Fórum Permanente de Ética e se serão realizadas reuniões frequentes junto aos alunos em formação”, explica Fabiana.

Comissão de Orientação e Fiscalização (COF)

A COF é responsável pelo registro, cadastro e pela orientação e fiscalização de pessoas jurídicas. Nos últimos meses, a Comissão Gestora optou por priorizar a orientação. Esse trabalho será mantido pela atual plenária, que pretende continuar realizando reuniões com diretores e responsáveis técnicos de pessoas jurídicas que incorram em falhas. No entanto, cabe lembrar que, se os problemas encontrados não forem resolvidos dentro de um determinado prazo, a empresa sofrerá punições, que vão desde multa e suspensão de atividades até cassação de registro.

A conselheira Rosilene Gomes Souza de Cerqueira, presidente da COF, afirma que a nova plenária pretende agilizar o andamento dos processos e a aplicação do previsto nos Códigos de Ética e de Processamento Disciplinar. “O setor será organizado, principalmente em seus arquivos, retirando o que já deve ser incluído no arquivo morto. Essa medida facilitará o manejo do material,

visando alcançar a agilidade desejada”, informa Rosilene. Além disso, devem ser criados horários de plantão para o atendimento das pessoas jurídicas, respondendo dúvidas e recebendo denúncias da sociedade.

Coordenadoria Técnica (COTEC)

A Coordenadoria Técnica estabeleceu como uma de suas metas a elaboração, em parceria com a COF e a COE, de um plano, cujo objetivo será a apresentação de palestras nas universidades junto aos alunos em fase de conclusão de curso. Além disso, a COTEC pretende se reunir com representantes do Sindicato de Psicologia do Rio de Janeiro para discutir o acompanhamento de concursos e a atuação das duas entidades. Como complemento, pretende-se realizar a Mostra de Práticas em Psicologia, prevista para 2006.

A Coordenadoria prossegue com o acompanhamento de atividades, como: o concurso da Prefeitura de Macaé; a tramitação do projeto de lei que estabelece carga horária de 24 horas por semana para os psicólogos da área de saúde do município do Rio e a aplicabilidade da lei que insere o psicólogo em todas as escolas estaduais, através

de grupos psico-pedagógicos. Além disso, a COTEC continua se reunindo com coordenadores das universidades do Rio para discutirem sobre as novas diretrizes curriculares e organizando o evento “Educação Brasileira e Inserção do Psicólogo na Escola”, previsto para o fim do ano.

Recursos Humanos

Por entender que o principal recurso de qualquer instituição é seu corpo funcional, foi criada uma Comissão de Gestão de Recursos Humanos, que realizou uma coleta de dados entre os funcionários, através de entrevistas individuais. Para tal, utilizou-se um questionário, visando obter dados sobre o desempenho das atividades, escolaridade, relações inter e intragrupais, avaliação de fatores que facilitam e que dificultam o trabalho, propostas de solução e comentários.

O resultado da pesquisa foi distribuído aos funcionários e apontou como principais facilitadores do trabalho a existência de um bom ambiente, qualidade dos equipamentos e do suporte do setor de informática, apoio da gerência e acesso fácil à Diretoria Executiva. As maiores dificuldades seriam a pouca interação entre os setores, o atendimento telefônico,

a desorganização dos dados, a falta de normas ou diretrizes internas e a deficiência na comunicação. Foram apresentadas como sugestões a retomada de reuniões periódicas entre funcionários e a Executiva, treinamento em áreas de interesse do Conselho (arquivo, atendimento, contabilidade, manutenção, qualidade), melhoria da comunicação interna, dos procedimentos para cobrança da dívida ativa e uma maior informação sobre as perspectivas profissionais.

Comissão de Especialistas (CATE)

Uma resolução do Conselho Federal de Psicologia instituiu, em 2001, o título de especialista para os psicólogos, que pode ser obtido através da comprovação de cinco anos de experiência na área, por concurso público ou por conclusão de curso de especialização devidamente credenciado pelo CFP. A Comissão de Especialistas do CRP-05, com a posse da plenária eleita, já pode conceder esses títulos. Atualmente, existem 104 processos em andamento, sendo 76 com pendências e 23 para serem analisados.

Além de continuar acompanhando concursos realizados pelo CFP para obtenção do título e analisando os pedidos, os conselheiros locados na CATE estão procedendo ao levantamento de todos os processos existentes desde a criação do título. Além disso, iniciaram um mapeamento informatizado dos dados e dos procedimentos que foram feitos a partir de janeiro deste ano.

A principal proposta, já aprovada em plenária, é a implementação de uma pesquisa objetivando estabelecer uma análise crítica sobre o impacto do título de especialista na categoria profissional.

Após o término do levantamento de dados, deverá ser realizado um Fórum para discussão desse tema. ■

O presidente José Novaes fala na cerimônia de posse da XI Plenária



Foto: Arquivo CRP-05

CFP segue avaliando testes psicológicos

Em novembro de 2003, o Conselho Federal de Psicologia (CFP) divulgou a primeira listagem de testes psicológicos considerados favoráveis para uso. A avaliação era uma demanda da categoria, pois, a lei que regula a profissão estabelece estes instrumentos como de uso privativo dos psicólogos. Assim, criou-se, em setembro de 2002, uma Comissão Consultiva em Avaliação Psicológica. Também disponibilizou em seu site (www.pol.org.br) o Sistema de Avaliação dos Testes Psicológicos (SATEPSI), reunindo as principais informações referentes ao assunto.

Hoje, um ano depois, o processo de avaliação ainda continua e a lista dos instrumentos considerados adequados para uso é atualizada perma-

nentemente. Aconteceram dois importantes eventos sobre o tema. Em março, o CFP promoveu, em São Paulo, o I Encontro de Avaliação Psicológica na Formação dos Psicólogos. Em agosto, o Conselho Regional de Psicologia do Rio de Janeiro organizou o encontro Pensando a Avaliação Psicológica, para debater coletivamente a ação dos testes em diversas áreas da psicologia e da sociedade, como, por exemplo, nos âmbitos das Forças Armadas, na área jurídica, na psicologia do trânsito, em relação ao porte de armas, entre outros.

Segundo o presidente do CRP-05, José Novaes, “durante estes eventos, pôde-se perceber que a avaliação dos testes trouxe mais segurança e credibilidade ao trabalho da psicologia no país”. ■

União questiona testes

Foi protocolizada em 27 de outubro, na Justiça Federal de Brasília (DF), Ação Civil Pública movida pelo Ministério Público Federal face à União Federal e ao Conselho Federal de Psicologia. A ação busca decretar a nulidade da Resolução CFP 02/2003. De acordo com a mesma, não é da competência do CFP avaliar testes psicológicos, mas sim do Ministério da Saúde, que deveria analisar todos os testes existentes. Os advogados da autarquia estão acompanhando o caso e tomarão as medidas cabíveis para manter a resolução do CFP.

Psicoterapia em debate

A regulamentação da psicoterapia vem sendo amplamente discutida. Diversos fatores vêm sendo levantados, como: o alto custo dos tratamentos, a preocupação com a baixa qualidade dos mesmos, o despreparo de alguns profissionais e o impacto da psicoterapia em vários campos, como no trabalho e na área escolar. A maior polêmica refere-se ao questionamento acerca de que categoria reuniria a competência para o exercício da psicoterapia.

Em dezembro de 2003, foi apresentado e aprovado no encontro da

Assembléia de Políticas Administrativas e Financeiras (APAF), que reúne representantes do Sistema Conselhos, um projeto de diretrizes brasileiras para a psicoterapia. A proposta define aspectos técnico-científicos que caracterizam a atividade.

Em uma nova reunião da APAF, em maio deste ano, foi comunicada a criação da Associação Brasileira de Psicoterapia (ABRAP), em São Paulo. Neste mesmo encontro, o CRP-05 apresentou uma proposta, que foi aprovada, de que todos os Conselhos Regionais fizessem seminários em torno do tema.

Juntos, esses eventos constituiriam um grande Fórum nacional. Ficou definido também que um dos encontros Psicologia Ciência e Profissão discutiria a metodologia e as técnicas da psicoterapia. O CRP-06 (São Paulo) propôs a criação de um grupo de trabalho da APAF, que acompanharia esses encontros. A revista do CFP — Psicologia, Ciência e Profissão — Diálogos, lançada em maio, foi dedicada ao tema.

O CRP-05 convida os psicólogos a manifestarem suas opiniões e contribuições sobre o tema, através do e-mail crprj@crprj.org.br. ■

Luta contra o Ato Médico continua

Os Conselhos Profissionais da Área de Saúde continuam mobilizados em torno da questão do Ato Médico. Depois das manifestações do dia 15 de setembro, que contaram com a participação de cerca de 100 mil pessoas em 20 estados brasileiros, o próximo passo será uma visita ao Congresso Nacional, marcada para 15 de dezembro, levando 500 mil assinaturas, colhidas no abaixo-assinado nacional contra o PL 25/02. O formulário está disponível no site (www.naoaoatomedico.com.br) e no setor de Atendimento do CRP-05. Este deve ser assinado e encaminhado para um dos pontos de coleta espalhados por todo o país. A relação dos locais também encontra-se no site.

Durante as manifestações do Dia Nacional de Mobilização contra o Ato Médico, a presidente da Comissão de Assuntos Sociais, onde se encontra atualmente o projeto, senadora Lúcia Vânia (PSDB/GO) afirmou que marcará uma audiência pública para debater o PL



Representantes de diversos Conselhos Profissionais e estudantes protestam na Alerj

25/02. Ela declarou ainda que o relator que analisará o projeto não será um médico, permitindo maior imparcialidade.

No dia 15 de outubro, durante o Encontro Nacional dos Conselhos de Medicina, realizado na sede do Conselho Federal de Medicina (CFM), em Brasília, foi feita uma avaliação geral sobre o Projeto de Lei do Ato Médico. Alceu Pimentel, membro da Comissão Nacional em Defesa do Ato Médico, apresentou novas estratégias da Comissão, no sentido de esclarecer vários segmentos da sociedade sobre a lei. A campanha será dirigida à população em geral, classe médica, instituições, estudantes e parlamentares, visando sensibilizá-los.

Para Ricardo Moretzsohn, presidente do Conselho Federal de

Psicologia (CFP), o Projeto de Lei 25/02 não trata da regulamentação da medicina: “é um projeto invasivo que rompe o modelo de saúde aplicado no Brasil e preconizado no mundo inteiro”. Ele acrescenta que “a medida busca a hegemonia do médico em relação às outras profissões”.

A votação do projeto deve ocorrer no início de 2005, em virtude do acúmulo de pautas no Congresso Nacional. Por isso, é fundamental manter a mobilização em torno da questão. O CRP-05 ainda foi representado pela psicóloga Eliana Vianna, em debate realizado pela UTV, em 20 de outubro. Em 6 de novembro, a conselheira Ana Lúcia de Lemos Furtado falou sobre os efeitos do Ato Médico, a convite da Sociedade de Psicanálise Iracy Doyle. ■

Margarete Paiva na manifestação do Rio de Janeiro



Foto: Arquivo CRP-05

Encontro debate memória coletiva na América Latina

Em 29 e 30 de outubro, aconteceu em La Plata, na Argentina, o IV Encontro Internacional sobre a Construção da Memória Coletiva com o tema: “As democracias na América Latina: pobreza, segurança e direitos humanos”. No evento, aberto por Adolfo Pérez Esquivel, Prêmio Nobel da Paz, foi apresentado o relatório “O sistema da crueldade. Corrupção e tortura em prisões e delegacias da província de Buenos Aires”. Houve ainda duas mesas-redondas: “A construção da ordem democrática e a luta contra a tortura” e “A era das desigualdades: pobreza e distribuição da riqueza na América”. A

primeira contou com a participação da vice-presidente do CRP-5 e membro do Grupo Tortura Nunca Mais/RJ, Cecilia Coimbra, que falou sobre a luta contra tortura no Brasil atualmente e sobre o resgate da memória dos fatos ocorridos durante a ditadura no país, inclusive, os recentes acontecimentos em torno das fotos que seriam do jornalista Vladimir Herzog, assassinado nos anos 70, em São Paulo.

O encontro foi organizado pela Comissão Provincial pela Memória (CPM), organização autônoma, criada pela legislação da província de Buenos Aires, em 2000, com o objetivo de reconstruir, do-

cumentar e investigar os casos de tortura ocorridos na ditadura militar (1976-1983). O órgão busca também contribuir para a construção da memória coletiva, a fim de impedir que situações similares se repitam e promover a difusão dos direitos humanos e de temas relacionados.

A Comissão é formada por uma equipe multidisciplinar, que trabalha com os arquivos do Departamento de Investigações da Polícia de Buenos Aires (DIPBA) — criado em 1957, para monitorar diferentes movimentos sociais, organismos de defesa de direitos humanos e membros da sociedade civil, foi dissolvido em 1998. ■

Lutando pela Saúde e Direitos Humanos na América Latina e Caribe

A Rede Latino-Americana e do Caribe de Saúde e Direitos Humanos reúne 18 entidades de 14 países, constituídas por profissionais de saúde implicados na defesa dos direitos humanos nas Américas do Sul e Central e no Caribe.

A proposta da Rede é promover ações de saúde integral voltadas a pessoas afetadas pela tortura, pela impunidade ou por qualquer outra violação dos direitos humanos. Além da assistência gratuita, estas entidades se propõem a desenvolver atividades de investigação e prevenção. Os psicólogos constituem parte ativa nas equipes de saú-

de e de construção da Rede, criada em agosto de 1999, em Montevideu, com apoio do International Rehabilitation Council for Torture Victims (IRCT).

Tendo como horizonte a construção de uma sociedade mais justa e solidária, a Rede foi criada para fortalecer a ação de seus associados, estimular a criação de novos centros, desenvolver políticas públicas de prevenção e reparação psicossocial, promover a capacitação e formação de recursos humanos e sensibilizar a sociedade sobre estes temas.

Para cumprir estes objetivos, a Rede Saúde e Direitos Humanos tem realizado encontros anuais em

diversos países, definindo suas políticas, sua forma organizativa, articulando ações e intercambiando experiências. O último ocorreu nos dias 1º e 2 de outubro, em Buenos Aires, e contou com a presença de 15 centros de 13 países. Na ocasião, foi lançada uma declaração pública, fruto das discussões sobre o agravamento das violações de direitos humanos no cenário mundial e suas repercussões no continente latino-americano.

Estiveram presentes no encontro, Vera Vital Brasil e Cecilia Coimbra, representando o Grupo Tortura Nunca Mais/RJ (GTNM/RJ) e o CRP-05, respectivamente. ■

Alerj discute Projeto de Lei sobre “cura” de homossexuais

Desde de setembro de 2003, tramita na Assembleia Legislativa do Rio de Janeiro (Alerj) o Projeto de Lei 717/03, que cria um programa estadual de apoio às pessoas que “queiram deixar” a homossexualidade. O texto é de autoria do deputado Édino Fonseca (PSC-RJ) e já passou pelas comissões de Constituição e Justiça e de Saúde. O deputado, que também é pastor evangélico, afirma que a medida ajudará a pessoas que querem sair do homossexualismo e, por isso, sofrem discriminação. Ele alega que muitos procuram as igrejas depois de viver uma experiência homossexual, mas não podem ser atendidos, porque a Constituição não permite este tipo de serviço em tais locais.

Com a lei, o Estado financiaria o trabalho, através de convênios com organizações governamentais, não-governamentais, associações civis, religiosas, profissionais liberais e autônomos. O último parágrafo declara que “a divulgação de informações sobre a prevenção, apoio e/ou a possibilidade de reorientação sexual para os que vivenciam a homossexualidade de forma alguma se constituirá discriminação ou intolerância”.

Entretanto, o projeto é contrário à posição da Organização Mundial de Saúde (OMS) que, desde 1979, retirou do Código Internacional de Doenças o verbete homossexualidade. Esta decisão, aliada a contribuições de diversas teorias psicológicas desenvolvidas ao longo do século XX, baseou a Resolução do Conselho Federal de Psicologia (CFP), de número 001/99, a qual

estabelece que a homossexualidade é uma orientação sexual existencial e não uma doença, distúrbio ou perversão. De acordo com essa determinação, a forma como cada um vive sua sexualidade faz parte de sua identidade, que deve ser compreendida na sua totalidade. Por isso, o Conselho Regional de Psicologia do Rio de Janeiro acompanha de perto a tramitação do PL 717/03.

Na tentativa de pressionar o governo do estado contra a aprovação do projeto e a favor das leis que defendem os homossexuais, foi criada a Frente Parlamentar pela Livre Expressão Sexual, formada por 11 deputados e apoiada por organizações homossexuais.

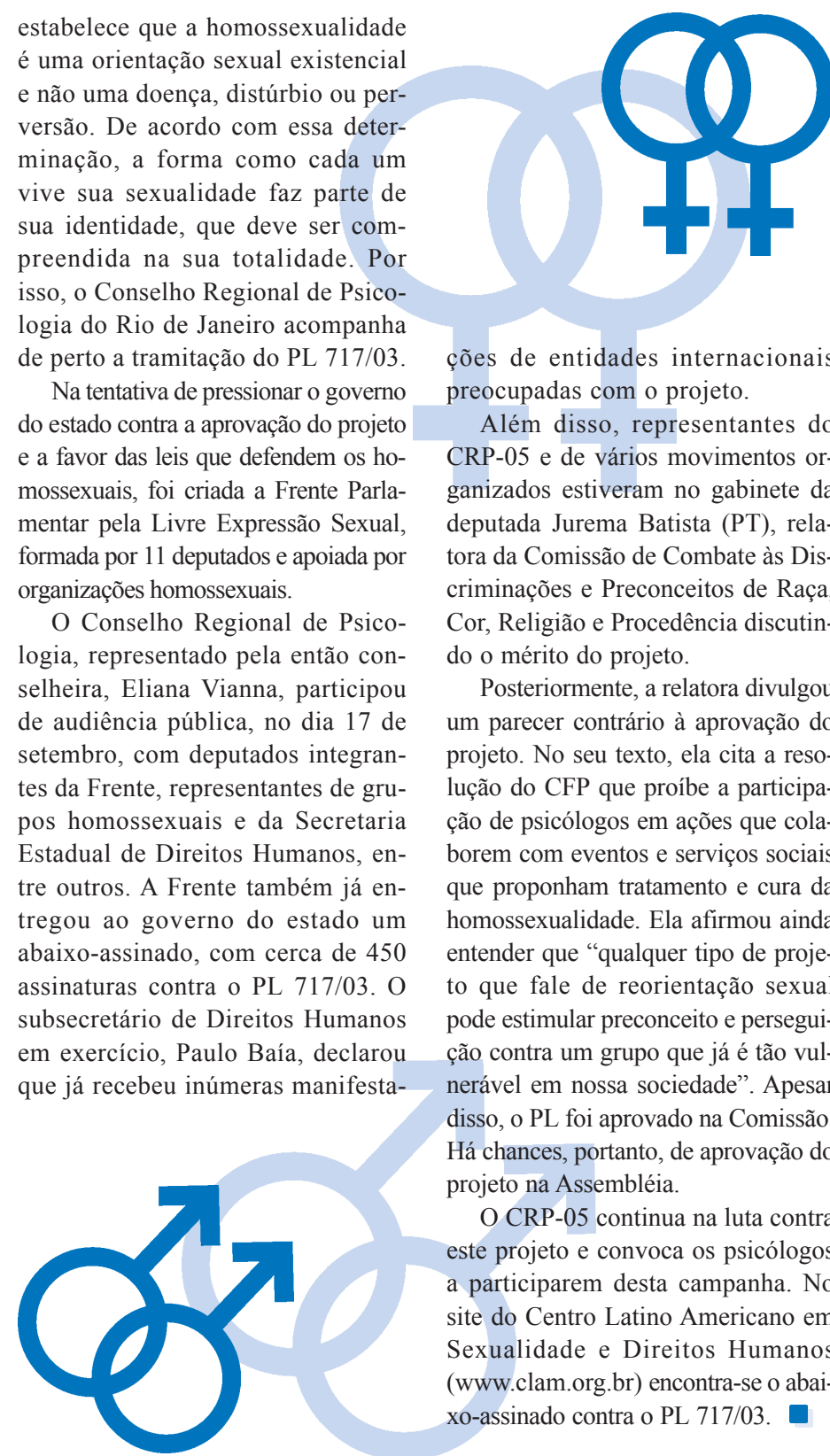
O Conselho Regional de Psicologia, representado pela então conselheira, Eliana Vianna, participou de audiência pública, no dia 17 de setembro, com deputados integrantes da Frente, representantes de grupos homossexuais e da Secretaria Estadual de Direitos Humanos, entre outros. A Frente também já entregou ao governo do estado um abaixo-assinado, com cerca de 450 assinaturas contra o PL 717/03. O subsecretário de Direitos Humanos em exercício, Paulo Baía, declarou que já recebeu inúmeras manifesta-

ções de entidades internacionais preocupadas com o projeto.

Além disso, representantes do CRP-05 e de vários movimentos organizados estiveram no gabinete da deputada Jurema Batista (PT), relatora da Comissão de Combate às Discriminações e Preconceitos de Raça, Cor, Religião e Procedência discutindo o mérito do projeto.

Posteriormente, a relatora divulgou um parecer contrário à aprovação do projeto. No seu texto, ela cita a resolução do CFP que proíbe a participação de psicólogos em ações que colaborem com eventos e serviços sociais que proponham tratamento e cura da homossexualidade. Ela afirmou ainda entender que “qualquer tipo de projeto que fale de reorientação sexual pode estimular preconceito e perseguição contra um grupo que já é tão vulnerável em nossa sociedade”. Apesar disso, o PL foi aprovado na Comissão. Há chances, portanto, de aprovação do projeto na Assembleia.

O CRP-05 continua na luta contra este projeto e convoca os psicólogos a participarem desta campanha. No site do Centro Latino Americano em Sexualidade e Direitos Humanos (www.clam.org.br) encontra-se o abaixo-assinado contra o PL 717/03. ■



Um Conselho digno dos psicólogos do Rio de Janeiro

Dia 27 de agosto de 2004 é uma data especial na psicologia do Rio de Janeiro. Neste dia, as urnas consagraram a chapa “Ética e Compromisso Social”, uma aposta da categoria de que não mais nos envergonháramos de nosso Conselho Regional. Só ouvíamos falar de auditoria, processos na justiça e víamos uma representação muito aquém do que os psicólogos cariocas mereciam. Agora, os votos recebidos indicam novos caminhos.

Esta chapa vencedora tem um longo percurso percorrido. Foi surgindo aos poucos e, mais que aglutinando descontentes com o que vinha ocorrendo no CRP-05, articulando pessoas com determinado entendimento sobre a psicologia. Ética e Compromisso Social não é um simples nome, mas uma diretriz de vida e de exercício profissional de seus integrantes.

Os primeiros começaram a se reunir em 1998. A necessidade de constituição rápida da chapa, indicações e apoios recebidos e que se revelaram traiçoeiros, fez com que o projeto não vingasse. Até esta nova tentativa, em 2004, perdemos, para outras inserções profissionais, muitos companheiros, como Erimaldo, Wladimir, Rúbia. Porém, além dos que se mantiveram firmes, ganhamos muitos outros, os quais entenderam que ali se situava uma proposta condizente com sua trajetória e sua perspectiva para a psicologia. Não vou me deter em nomes, para não deixar de mencionar muitos dos importantíssimos apoios recebidos. Entretanto, não posso deixar de citar Margarete Paiva e Diva Conde, dedicação sem limite.

Todos estes colegas participaram de inúmeras reuniões, às vezes com pouquíssimas pessoas, mas mantiveram seu alento. Procuraram lugares

para novos encontros, convocaram conhecidos e amigos interessados pela “questão CRP”. Acompanharam o processo que redundou na destituição da X Plenária e apoiaram a junta diretiva nomeada pelo CFP para concluir o mandato dessa Plenária.

Enfim, não só mantiveram sua presença no cotidiano da profissão, como participaram dos momentos cruciais de nosso Conselho. E souberam responder com uma posição firme e correta às últimas tentativas de intimidação daqueles que, sem compreender que o entendimento se constrói sobre o debate de idéias, recorrem à barra dos tribunais para resolver divergências políticas.

Qual a razão e importância desta disputa? Como em outras profissões de nível superior no Brasil, o principal órgão representativo do psicólogo é o Sistema Conselhos. Para a sociedade, a maior visibilidade em termos de indicação do que é e faz o psicólogo, são o CFP e os CRPs. No caso do Rio de Janeiro, em que tradicionalmente, apesar do esforço de colegas, há pouca adesão dos psicólogos à sindicalização, o CRP-05 transforma-se no grande representante, aquele que é chamado ou que deve ir a diferentes órgãos para defender interesses da profissão, que é indagado por jornalistas sobre questões que, supõe-se, o psicólogo pode opinar. Enfim, tem uma visibilidade, transferida aos conselheiros, com a qual uma plenária tem que saber lidar, não transformando o Conselho em instrumento personalista, mas dirigindo-o para os interesses da profissão.

O CRP, portanto, precisa acompanhar as mudanças sofridas pela psicologia, ser afinado com a profissão, aninhado com os interesses, as novas abor-



Foto: Arquivo pessoal

dagens, os novos caminhos que os psicólogos vão construindo e ocupando ao longo do tempo. Não pode, contudo, ser uma mera cópia desta dinâmica, deve refleti-la e devolvê-la à categoria, procurando fazer com que deste processo se façam proposições de um presente e de um futuro dignos para a profissão.

Neste sentido, deve-se apontar que ética não se restringe a uma moral, mas se refere aos modos de ser e estar no mundo, sabendo que nossas ações geram efeitos, pelos quais somos responsáveis. Ética, portanto, é inseparável do compromisso com a sociedade em que a profissão se desenvolve. E se esta sociedade se caracteriza por uma profunda desigualdade, é necessário que o psicólogo não se deixe iludir por proposições de um exercício profissional “neutro” e isento e saiba tomar posição, assumir um compromisso.

Por tudo isto, e pela confiança nesta chapa consagrada nas urnas, creio que iniciaremos uma nova etapa em nosso CRP que, espero, signifique também a participação massiva dos psicólogos do Rio em seu modo de funcionamento.

Ana Maria Jacó-Vilela é psicóloga do programa de Pós-graduação em Psicologia Social da UERJ